

**Título: Considerações psicanalíticas acerca de função do semelhante e o laço entre as crianças na escola**

**Autores: Paula Fontana Fonseca, Cristine Lacet e Josca Ailine Baroukh**

O presente trabalho apresenta uma discussão acerca da função do semelhante, que se refere a um parâmetro horizontal na produção do laço social, necessário ao processo de constituição subjetiva. É da tensão entre a diferença e a semelhança que serão instaurados os processos identificatórios. Nosso propósito reside em pensar a entrada do sujeito no laço social tendo em vista um de seus efeitos: o reconhecimento da diferença, da alteridade. Abordamos especificamente o encontro do sujeito com o outro semelhante em sua pequena diferença – naquilo que é estranho familiar. Esse encontro possibilita que o pequeno sujeito se coloque como um em relação aos outros e lhe proporciona a construção de um saber sobre si, assim como a possibilidade de localizar-se no laço social.

Para tanto, nos valem das discussões ocorridas no âmbito da pesquisa “Dispositivos de intervenção na escolarização de crianças com entraves na estruturação psíquica” que buscou fundamentar e validar o instrumento Acompanhamento Psicanalítico de Crianças em Escolas, Grupos e Instituições (APEGI). O APEGI visa situar o movimento da constituição do sujeito na criança a partir de 3 anos e tem como eixos teóricos: o brincar e a fantasia; o corpo e sua imagem; manifestação diante das normas e posição frente à lei, presença/reconhecimento de sujeito e função do semelhante (KUPFER, BERNARDINO e SILVA, 2020).

Esse eixo ganhou notoriedade nos trabalhos clínicos em grupo com crianças. O atendimento às crianças com patologias que fragilizam o laço social encontrou no dispositivo grupal um importante espaço de vivência e expressão desses entraves. É no laço com o outro, com suas vicissitudes, que o processo de inserção na cultura ganha valor de nomeação e acolhimento da diferença. Estar em grupo possibilita à criança viver a diferença na relação com seu semelhante, o que pode dar sustentação para a construção de formas de lidar com angústias e impasses subjetivos.

Um exemplo, recolhido em um Centro de Atenção Psicossocial do município de São Paulo, foi vivido por duas crianças que usavam um escorregador na área externa da instituição – uma delas autista e paciente da instituição, acompanhada de uma priminha. O adulto que presenciava a cena, ao ver as crianças escorregando mecanicamente, perguntou-lhes o que faziam ali e recebeu a rápida resposta da priminha: brincamos de pega-pega no escorregador. Aos olhos do adulto, havia a repetição de um movimento, mas a criança pôde situar o evento em uma vivência própria ao infantil, na esfera do brincar. A relação entre as crianças também tem efeito no adulto, ao lembrar-lhe que ali há uma criança para além de um diagnóstico (FONSECA, 2017).

O trabalho clínico em grupos foi responsável por sustentar o potencial terapêutico da diferença entre os pares e por extrair as consequências disso, tanto nas instituições de tratamento como nas educativas. Todo o debate acerca da educação inclusiva e da importância da não segregação da diferença como aporte enriquecedor na experiência escolar encontra nos trabalhos em grupo uma das condições para sua afirmação como política pública na contemporaneidade. Isso nos leva a desdobrar a discussão acerca da função do semelhante nesse território próprio à infância: a escola.

Na escola, são muitas as situações que colocam em jogo a função do semelhante. Adultos e crianças, alunos e professores, são maneiras diferentes de nomear e estabelecer lugares a partir dos quais as relações serão vividas. Com os pequenos, na época do desfralde, é bastante comum aproveitar a ida ao banheiro de um colega para estimular toda a turma a fazer como ele. Outro episódio habitual é lembrarmos que a criança não é mais bebezinho, dizendo frases como “você já está no grupo 3 e isso é coisa de grupo 1”. São cenas corriqueiras que tomam esse operador ora em sua potência de produzir identificação, ora em sua potência da diferenciação que nos faz singulares.

Uma ideia central para esse debate é a proposição “o que uma criança pode fazer pela outra?”, discutida no artigo homônimo de Kupfer, Voltolini e Pinto (2010), que se debruça sobre a importância do dispositivo grupal como disparador de efeitos nas relações entre as crianças e para as crianças. A intervenção de outra criança opera efeitos que a fala de um adulto é incapaz de produzir. Para a criança, o adulto ocupa o lugar de Outro, enquanto outra criança, no registro do semelhante, ocupa o lugar de

outro, permitindo uma identificação que favoreça uma mudança de posição, para além de seus efeitos imaginários – o que significa dizer que estão em jogo a alteridade e a possibilidade de separação.

A escola desponta nesse cenário como *lócus* privilegiado para o encontro entre as crianças. Um encontro cuidado e balizado pelos educadores imbuídos da prerrogativa de apresentá-las ao mundo humanizado, de introduzi-las em uma tradição cultural e compartilhar com elas o conhecimento acumulado pelas gerações precedentes. A diversidade decorrente da heterogeneidade na sala de aula é princípio ético de uma escola pensada como espaço para todos.

Assim, conforme apontamos, o debate em torno da função do semelhante ganha destaque no contexto clínico e tem consequências na discussão sobre a escolarização, sobretudo em nossos tempos, quando a noção de inclusão se tornou um fundamento da educação. Isso provocou vários pesquisadores a se debruçarem sobre o tema, como é o caso de Kupfer, Bernardino e Silva (2020), Baroukh (2020) e Bernardino (2020).

Um breve resgate histórico nos ajuda a traçar o caminho que fez com que a função do semelhante fosse integrada como um dos eixos a ser acompanhado quando abordamos a constituição subjetiva. No contexto da pesquisa que tratou da “Metodologia IRDI nas creches” (KUPFER, BERNARDINO E MARIOTTO, 2014), a Avaliação Psicanalítica aos 3 anos (AP3) passou por uma adaptação para ser utilizada na Educação Infantil. Nessa ocasião, a AP3 incluiu observações das crianças em grupo, das quais decorreram achados de pesquisa e dados clínicos inéditos, que colocaram em destaque o laço entre os semelhantes e seus efeitos subjetivos. Assim, novas questões surgiram com o intuito de abordar “como uma criança reage nas situações em que está com seus pares: integra-se, isola-se, é dependente de algum colega, desorganiza-se?” (BERNARDINO, 2016, p. 4). A inclusão do eixo função do semelhante no instrumento APEGI é disso tributário.

Bernardino (2020) se debruça sobre o tema, quando relata que na situação da pesquisa “Metodologia IRDI nas creches”, empreendida entre 2012 e 2015, em alguns casos, nos quais crianças que anteriormente apresentavam alguns sintomas clínicos no momento de avaliação individual, deixavam de apresentá-los quando na companhia de determinados colegas. Bernardino (2020) sublinha o fato dessas crianças precisarem, para seus atos e sua enunciação, do apoio de um outro semelhante.

Há pelo menos duas situações nas quais o eixo da função do semelhante do APEGI lança luz sobre possíveis entraves estruturais que sinalizam impasses na constituição subjetiva: (1) a criança não inclui o outro na brincadeira, ou seja, há recusa do outro; (2) a criança toma um colega como duplo: toma de empréstimo do primeiro sua relação com o Outro, para circular no mundo simbólico, colando-se ao colega. Em ambos os casos, estabelece-se uma relação peculiar com o Outro, seja no caso da psicose, seja no caso do autismo, conforme explicita Bernardino (2020).

No caso dos entraves na função paterna, o Outro aparece em sua face invasiva, onipotente, onipresente e não regulada por limites, o que produz efeitos na relação que se produzirá com o semelhante, já que, como apontamos, é a função simbólica que regula a relação com a função materna e com a função do semelhante. Em entraves de tipo autístico, por sua vez, o Outro não existe, não há elemento intermediário entre o funcionamento do mundo e o sujeito, o que torna difícil o reconhecimento do semelhante. Bernardino destaca que, advertido da existência da função do semelhante, o adulto, enquanto alteridade, pode se posicionar junto às crianças, sustentando os laços entre semelhantes.

Vale destacar que o eixo da função do semelhante se articula aos outros eixos do APEGI, uma vez que todos eles estão entrelaçados na experiência subjetiva. A identificação da operatividade da função do semelhante subsidia o adulto em seu manejo com a criança, seja na clínica, seja em outras instituições. O adulto, em sua função de alteridade, possibilita que entre em jogo aquilo que só uma criança pode fazer pela outra.

Pensar a função do semelhante como participante da constituição subjetiva lança luz sobre o laço social e a marca da alteridade como fundantes do sujeito psíquico. Isso tem consequências nos trabalhos realizados por instituições e equipes que se ocupam da infância – como é o caso das escolas e CAPS, entre outros – uma vez que elas passam a estar atentas à leitura das interações entre as crianças e a considerá-las em suas intervenções.

## **Referências bibliográficas**

BAROUHK, J. A. **A posição do professor frente ao aluno e seus pares na educação infantil**: uma leitura psicanalítica acerca do olhar do professor para a função do semelhante na escola. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação Educação, Linguagem e Psicologia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BERNARDINO, L. M. F. Avaliação Psicanalítica aos 3 Anos (AP3): uma revisão crítica. Mesa redonda no **VII Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental** e **XIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental**, 2016. Disponível em

<http://www.psicopatologiafundamental.org.br/uploads/files/VII%20CONGRESSO/ANAIS/Mesas%20redondas/1.3.pdf> Acesso em 20.12.2021.

BERNARDINO, L. M. F. A função do semelhante na escola inclusiva. In: Pesaro, M. E. Kupfer, M. C. M. Davini, J. (orgs). **Práticas inclusivas II: desafios para o ensino e aprendizagem do aluno-sujeito**. São Paulo: Escuta, 2020.

FONSECA, P. F. Para além do diagnóstico. In: Kupfer, M. C. M. Patto, M. H. S. Voltolini, R. **Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno-sujeito**. São Paulo: Escuta, 2017.

KUPFER, M. C.; BERNARDINO, L. M.; SILVA, D. Resultados finais da pesquisa apegar : (acompanhamento psicanalítico de crianças em escolas, grupos e Instituições). **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 60, p. 176-190, 31 dez. 2020.

KUPFER, M.C.; BERNARDINO, L.M.F.; MARIOTTO, R. **De bebê a sujeito: a metodologia IRDI nas creches**. São Paulo, Escuta/Fapesp, 2014.

KUPFER, M. C. M.; VOLTOLINI, R.; PINTO, F. S. C. N. O que uma criança pode fazer por outra? In: KUPFER, M. C. M.; PINTO, F. S. C. N. (org). **Lugar de Vida, vinte anos depois: exercícios de Educação Terapêutica**. São Paulo: Escuta, 2010.